



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001198-53.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito do Juizado Especial Cível da comarca de Criciúma

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 23/2015-CGJ

Período da correição: 3-8-2015 a 2-10-2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessor Jurídico: Filipi Bruder



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Criciúma

Unidade: Juizado Especial Cível

Municípios integrantes: Criciúma, Siderópolis, Nova Veneza, Treviso.

Juiz titular: Ana Lia Barbosa Moura Vieira Lisboa Carneiro

Chefe de cartório: Douglas de Bona

Última correição por equipe da CGJ/SC: (30-5-2011 a 3-6-2011)
(0010487-49.2011.8.24.0600)

Competência: Juizado Especial Cível

Entrância: Especial

Data da instalação/lei de criação: (LC 181, de 21-9-1999)

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ 5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		2.165
1.1.2	Processos em andamento	2.010	
1.1.3	Procedimentos em andamento	155	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		143
1.1.4.1	Juizado Especial Cível - Processo		
1.1.4.1.1	Ag. Audiência	1	
1.1.4.1.2	Ag. Encerramento do Ato	139	
1.1.4.1.3	Redistribuído	3	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores	Total	0
1.1.6	Observações		

a) Informações obtidas em 06-10-2015.
b) O SAJ 5 foi instalado na unidade em agosto/2014.



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		8.478
1.2.2	Processos em andamento	8.292	
1.2.3	Procedimentos em andamento	186	
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	364	
1.2.5	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015.

PROCESSOS EM CARGA

	Indicador		Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga		406
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Contadoria	1	0
1.2.8	Distribuição	8	4
1.2.9	Juíza (Ana Lia Moura Lisboa Carneiro)	97	14
1.2.10	Juiz (Gilberto Kilian dos Anjos)	30	17
1.2.11	Juíza (Janice Goulart Garcia Ubialli)	1	1
1.2.12	Juiz (Ricardo Machado de Andrade)	2	2
1.2.13	Juiz (Sergio Renato Domingos)	2	0
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.14	Advogado	256	98
1.2.15	Porteiro/ Leiloeiro	9	0
1.2.16	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015.

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.17	Janeiro a dezembro de 2013	5.750	479
1.2.18	Janeiro a dezembro de 2014	5.920	493
1.2.19	Janeiro a setembro de 2015	2.547	283
1.2.20	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	411	1.778
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		80	11
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		1	2
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		64	1
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		51	9
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		5	9
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		16	6
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	



1.3.10	Observações
<p>a) Primeira verificação em 28-07-2015. b) Segunda verificação em 05-10-2015. b.1) Item 1.3.1: realizada amostragem em 5 (cinco) processos (0014873-48.2013.8.24.0020; 0014877-85.2013.8.24.0020; 0014921-07.2013.8.24.0020; 0015865-09.2013.8.24.0020 e 0015719-65.2013.8.24.0020), verificou-se que todos possuem sentença de improcedência (<i>concentre scoring</i>), ainda pendente de publicação, todavia, encontram-se localizados no arquivo. b.2) Item 1.3.2: dos registros encontrados na segunda verificação, apenas 1 é antigo. b.3) Itens 1.3.3, 1.3.4 e 1.3.6: todos os registros encontrados na segunda verificação são novos. b.4) Item 1.3.5: dos registros encontrados na segunda verificação, apenas 2 são antigos. b.5) Item 1.3.7: dos registros encontrados na segunda verificação, apenas 1 é novo. c) Orienta-se que o chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm. As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por <i>e-mail</i> para o endereço eletrônico institucional da unidade.</p>	



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	10	9	74	45
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	92	30	109	77
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	48	14	47	22
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	131	115	116	109
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	2.434	2.389	2	2
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	39	19	46	21
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	414	166	556	227
1.3.11.8	Cartório - arquivar	59	55	165	87
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	2	1	1	1
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	25	6	47	3
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	1	1	1	1
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	0	0	0	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	115	42	90	39
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	18	4	22	1
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	4	0	14	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	6	2	13	1
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	0	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	202	75	322	115
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	10	9	9	5
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 28-7-2015.				
	b) Segunda verificação em 06-10-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	271	6
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	
1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica	



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-6-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	1.020	1.739
	Petição intermediária		411	317
	Peticionamento eletrônico		34	25
	Mandados		75	49
	AR		54	54
	Execução de sentença		1	1
	Incidente processual		2	2
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		62	42
	Pauta de audiências		66	39
	Carga		45	39
	Cartas recebidas		43	30
	Processo		57	52
	Recurso		2	2
	Usuário		168	35
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			130
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		Não se aplica	
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		1	5
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 28-07-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 130 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 129 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 06-10-2015. b.1) Item 1.4.9: os 129 processos apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	124	1
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		25	14
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		Não se aplica	
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		Não se aplica	
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		6	4
1.5.6	Observações			
a) Primeira verificação em 28-7-2015. a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de junho de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. b) Segunda verificação em 06-10-2015. b.1) Item 1.5.1: dados do mês de agosto/2015. b.2) Item 1.5.2: dados do mês de setembro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b.3) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não se aplica	
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 28-7-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 10-3-2015. a.2) Itens 1.6.2, 1.6.3, 1.6.4 e 1.6.5: não se aplica em face da competência da unidade. b) Segunda verificação em 06-10-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 10-3-2015. a.2) Itens 1.6.2, 1.6.3, 1.6.4 e 1.6.5: não se aplica em face da competência da unidade.		



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 12 de novembro de 2015.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

Filipi Bruder
Assessor Jurídico - M40187